



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 23/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
15 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos quinze dias do mês de setembro de 2015, em Vila Nova de Cacela, no edifício sede da Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-Presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, por ausência do Sr. Presidente, comigo, **Francisco José Leiria Sabino**, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira**, **David Matias Murta**, **José Ernesto Gomes Barão** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO:

Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Sra. Vice-presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS E DADOS PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, SA;
- RATIFICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA BAIXO GUADIANA 2020;
- DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ESTRADA DA MANTA ROTA, FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA - ROGÉRIO DOS REIS CASTANHEIRA, CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS, LDA.;

A

- LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO IMÓVEL CORRESPONDENTE AO LOTE 30 DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ADITAMENTO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA;
- INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA CASA DO AVÔ;
- CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO RELATIVO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DESPORTIVO “TRI-IBERMAN” ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL E O CUB DEPORTIVO IBERMAN (ESPANHA);
- ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS E DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE MONTE GORDO;
- ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço do Município numa reunião em Lisboa, e da Sra. Vereadora Célia Maria Marques da Rosa Paz, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.


BALANCETE: Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de 14 de setembro, apresentando um saldo de 1.513.471,21 € (um milhão, quinhentos e treze mil, quatrocentos e setenta e um euros e vinte e um cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

- O Sr. Vereador José Cruz disse que, no seguimento da sua intervenção na última reunião de Câmara, verificou que junto à sua residência foram cortadas as ervas. Contudo, aludiu que o mesmo não se verificou na envolvente da sua habitação. Recomendou que era importante levar a cabo uma campanha de sensibilização junto da população para a utilização dos ecopontos e pediu para que no próximo orçamento municipal constasse uma rubrica para a aquisição de um gerador para a Praia de Santo António, pois o existente, propriedade do concessionário, causa muita poluição e cheiro, em especial quando o vento está norte. Mencionou ainda que a Praia tem muito boa qualidade e melhoraria se se conseguisse implementar iluminação pública, fosse através da EDP, ou pela colocação de painéis de energia solar. Referiu ainda que a existência de duas concessões seria benéfica pois o areal e a água do lado direito do molhe pequeno têm mais qualidade. Finalmente pediu para que se solicitasse à Direção Regional do Ambiente autorização para a colocação de “I” no acesso à Praia, tal como autorizou noutros concelhos, para evitar que o pó levantado pela deslocação das viaturas prejudique a vegetação.

- A Sra. Vice-Presidente disse que se comunicaria ao Encarregado do Núcleo para se melhorar a limpeza e considerou positiva a proposta de campanha de sensibilização. Sobre a “baixada” da EDP disse que seria complicado efetuar mas o investimento em energia solar era uma situação a ponderar.

As concessões são da competência da Agência Portuguesa do Ambiente em articulação com a Capitania do Porto, disse a Sra. Vice-Presidente. No que se refere aos “I” mencionou que não depende do Município a autorização para a colocação.

- 
- O Sr. Vereador João Rodrigues referiu que em 2013 a Capitania do Porto lançou um concurso público para a concessão da área do lado direito do molhe pequeno e ficou deserto.
 - O Sr. Vereador José Cruz disse que noutros concelhos do Algarve os "l" já estariam colocados.
 - O Sr. Vereador David Murta disse que há muito lixo acumulado na Avenida das Comunidades. Referiu também que há falta de limpeza na zona do Complexo Desportivo e há necessidade de manutenção dos circuitos de treinos. Mencionou também que é fundamental dinamizar o parque infantil junto ao Complexo Desportivo Municipal, criando uma verdadeira área de lazer para as crianças.
 - A Sra. Vice-Presidente disse que esses investimentos são muito dispendiosos, pois o parque infantil doado à Escola Caldeira Alexandre tem o valor de oito mil euros.

5
N
H

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS E DADOS PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, SA.

- O Sr. Vereador José Cruz disse que o procedimento lhe parece bem e o objeto da proposta também. Porém referiu que para a CDU a Câmara Municipal deve fazer em separado o concurso, ou seja, cada entidade jurídica deve fazer de acordo com a sua natureza jurídica e a sua durabilidade. Disse que a CDU votaria a favor em concursos públicos separados se a maioria PSD entender alterar a proposta.

- O Sr. Vereador David Murta referiu que concorda com a proposta e com o concurso público mas solicitou mais informação para poder decidir em conformidade. Mencionou que se a proposta viesse acompanhada do programa de procedimentos, do caderno de encargos e com a menção, por exemplo, do número de telemóveis e respetivos utilizadores, o Partido Socialista votaria favoravelmente. Não tendo esses documentos a decisão é de abstenção.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 5 e 13 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para proceder ao lançamento do Concurso Público para a contratação de um serviço de Telecomunicações Móveis e Dados, por um período de 1 (um) ano, com possibilidade de renovar por 2 (dois) períodos idênticos sucessivos, e, por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária desse Órgão de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



RATIFICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA BAIXO GUADIANA 2020.

- O Sr. Vereador David Murta referiu que concorda com a proposta, mas que não podia deixar de mencionar a diminuição drástica dos valores do quadro PRODER e das respetivas taxas de comparticipação, que resultam em menor capacidade de financiamento para projetos de desenvolvimento rural.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ratificar a celebração do Protocolo de Parceria Baixo Guadiana 2020, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Estamos de acordo com a participação da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António nesta parceria que abrange as organizações do território do Baixo Guadiana, destinada a auxiliar na ultrapassagem das assimetrias de desenvolvimento regional e com a ratificação tardia, uma vez que é sempre difícil conciliar a disponibilidade dos participantes e a recolha das respetivas assinaturas e aguardamos que a próxima entrada de funções de um novo governo possa permitir o crescimento económico e a mobilização de capitais disponíveis para a realização dos projetos e aproveitamento dos Fundos Comunitários.”

7
10
A

**DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL
- ESTRADA DA MANTA ROTA, FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA - ROGÉRIO DOS
REIS CASTANHEIRA, CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS, LDA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser aceite a doação da parcela de terreno com a área de 15,34 m², a desanexar do prédio sito em Estrada da Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 5362/20100608, inscrito na matriz predial urbana com o artigo nº 8199, para integrar o Domínio Público Municipal, destinada à construção de passeios, conforme determina a alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com fundamento no teor da informação da DUEP – Divisão de Urbanismo e Espaço Público, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

**LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE
PREFERÊNCIA DO IMÓVEL CORRESPONDENTE AO LOTE 30 DO LOTEAMENTO DA
ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o levantamento do ónus de inalienabilidade do imóvel correspondente ao lote 30 do loteamento da zona industrial de Vila Real de Santo António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o n.º 1487/19931105, da freguesia de Vila Real de Santo António, e não exercer o direito de preferência do lote, com fundamento no teor da informação da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ADITAMENTO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA.

- O Sr. Vereador José Cruz referiu que a Câmara Municipal continua a apoiar as IPSS mas a dificuldade em prestar apoio é cada vez maior. Mencionou que para a CDU esta necessidade vai manter-se enquanto houver políticas de austeridade mas um dia a situação torna-se insustentável, pois o orçamento municipal não vai suportar estes apoios por muito mais tempo. Disse ainda que os cidadãos sentem-se humilhados pela forma como estão a trabalhar, pois apenas recebem mais o subsídio de refeição e há empresários que não libertam o trabalhador para usufruir do direito que têm para exercer a procura ativa de emprego. Para a CDU os Contratos Emprego Inserção ocupam os cidadãos mas não resolvem o problema de emprego, pois não são sustentáveis, para além de que os trabalhadores nem descontam para a Segurança Social.

- O Sr. Vereador David Murta mencionou que apoia a proposta, mas que para o Partido Socialista estes programas que deveriam ser de curto prazo, tornaram-se de longo prazo, constantes e sucessivos, o que é demonstrativo que as políticas públicas de desenvolvimento económico do Concelho não têm sido as mais adequadas.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado um aditamento ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e a Associação de Beneficência Mão Amiga, no qual se preveja um reforço de 135.000 € ao montante previsto na cláusula 3.^a do referido acordo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“A necessidade de a Câmara Municipal continuar a prestar estes auxílios às IPSS do concelho e o reconhecimento na fundamentação da proposta demonstram que por muitos recursos que o Município tenha mobilizado para acudir aos crescentes níveis de pobreza provocados pela opção política do PSD/CDS e PS ao longo de 39 anos de austeridade decretada pelos sucessivos governos.

A resposta encontra-se noutra política que inverta esta tendência assistencialista, aproveite os recursos nacionais e promova o trabalho com direitos em vez de se encostar ao fatalismo assistencialista. A atitude da câmara municipal deve ser não de submissão a esta política, mas de veemente protesto, sem deixar de assistir as vítimas que ela vai fazendo, pois a vida das pessoas está em sério risco com os cortes sucessivos nos serviços públicos.”

INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA CASA DO AVÔ.

- A Sra. Vice-Presidente Maria da Conceição Cabrita explicou que vão ser introduzidas alterações ao Regulamento da Casa do Avô, nomeadamente alguns idosos vão começar a pagar taxas pelas refeições, sendo as alterações também para regular as condições dos utilizadores da Casa.

- O Sr. Vereador José Cruz justificou o voto contra, não por se efetuar alterações ao Regulamento, mas por entender que se estão a aplicar medidas do Fundo de Apoio

10
-
AD
H

Municipal (FAM). Disse que a CDU considera que as medidas do FAM são aplicação de austeridade, pelo que não concorda que aos idosos da Casa do Avô se aplique encargos adicionais para pagar as dívidas do Município.

- O Sr. Vereador David Murta disse que concorda que se procedam a alterações ao regulamento de forma a adaptá-lo ao contexto atual, mas pelo facto de se começar a exigir o pagamento de uma pequena prestação, é demonstrativo de que se começa a aplicar a austeridade definida no PAM, pelo que não pode acompanhar o executivo na proposta.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e José Barão e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser dado início ao procedimento para a alteração do Regulamento da Casa do Avô, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 213, datado de 5 de novembro de 2015, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção, por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a alteração do referido regulamento, por um período de 10 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“A maioria PSD que apresenta a proposta não apresenta o regulamento, porém e apesar de ainda não estarem aprovadas pela Assembleia Municipal as medidas que suportam o apoio financeiro do FAM, indica-se que uma delas é a cobrança pela utilização da Casa do Avô, procedimento do qual discordamos.”

//
A
H

CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO RELATIVO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DESPORTIVO “TRI-IBERMAN” ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL E O CLUB DEPORTIVO IBERMAN (ESPANHA).

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cipriano Cabrita, no sentido de ser celebrado o Protocolo relativo à Organização do Evento Desportivo “Tri-Iberman” entre o Município de Vila Real de Santo António, a Federação de Triatlo de Portugal e o Club Deportivo Iberman (Espanha), documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS E DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser aprovada a atribuição de topónimos e de numeração policial nas freguesias de Vila Real de Santo António e Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser atribuída a numeração policial para os arruamentos na freguesia de Vila Real de Santo António, conforme plantas e demais documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Registou-se a seguinte intervenção:

O Sr. João Manuel Matos Silva solicitou que fossem colocadas duas lombas no caminho junto ao Ribeiro do Junco.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice-Presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

Manoel da Costa Almeida

Francisco José Leiria Sabino